

## **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CANAVIEIRA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE VITERBO - SP.**

**André Eduardo Ribeiro da Silva – Universidade de São Paulo**  
[andreduardo@usp.br](mailto:andreduardo@usp.br)

**Júlio César Suzuki - Universidade de São Paulo.**  
[jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br)

Os trabalhadores rurais assalariados no campo brasileiro foram foco de preocupação de vários estudiosos da agricultura brasileira, mediante um processo histórico de intensificação da modernização no campo, acompanhada por uma espessa migração rural-urbana e aceleração do crescimento populacional urbano, nas quatro últimas décadas do século XX. Neste contexto, milhões de trabalhadores rurais foram expropriados de suas unidades familiares ou expulsos das fazendas, muitas vezes retornando ao mundo rural de uma forma desconcertante: não na antiga condição de pequenos proprietários de terra, parceiros, rendeiros, moradores ou outras formas de fazer-se enquanto camponês, mas como sujeitos sociais das transformações em curso, relegados à venda de sua força de trabalho e impingidos pelo processo de proletarização.

Na conjuntura da reestruturação produtiva e implementação do projeto neoliberal, visando, sobretudo a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, tanto na esfera da produção como das relações sociais, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais, no corte de cana, têm se tornado cada vez mais crônicas (SILVA, 2004).

Durante este mesmo período, a lavoura canavieira também passou por um pronunciado processo de diferenciação no campo produtivo, marcado pela presença de empresas com elevada rentabilidade agroindustrial e por maciços investimentos de capital na área técnico-científica (contratação de mão-de-obra qualificada, crescimento da mecanização, informatização do setor de produção, entre outros), reduzindo os custos de produção, aumentando a lucratividade, concentrando a renda da terra (SILVA, A. 2004.).

Numa perspectiva estrutural, este processo está estreitamente ligado à dinâmica setorial que este ramo produtivo apresentou, sobretudo, ao longo da década de 1990, num contexto diferenciado, marcado pela extinção do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) e do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), a adoção de políticas neoliberais e o aumento da capacidade e competitividade produtiva e tecnológica do setor sustentada por políticas de desregulamentação e reestruturação produtiva, promotora de uma nova fase de fusões e aquisições no interior da agroindústria canavieira nacional.

No que se refere ao trabalhador rural assalariado nos canaviais do nordeste paulista, este estudo envolve suas múltiplas articulações com as atividades urbanas e a usina sucroalcooleira, suas formas de subordinação e resistência. Ao destacar esta rede de relações cidade-campo, a partir do entendimento deste sujeito social, estamos pensando num conjunto de vínculos destes com o núcleo urbano e o campo monopolizado pela empresa canavieira.

Particularmente, a análise tem como área de estudo o município de Santa Rosa de Viterbo, no nordeste paulista, cujo centro urbano se encontra a 307 quilômetros da capital paulista e 72 quilômetros de Ribeirão Preto.

É, em Santa Rosa do Viterbo que se encontra a Fazenda Amália, em cuja sede se localiza a antiga Usina Amália (atual Ibirá), processadora de açúcar e álcool.

A usina esteve diretamente ligada, durante a maior parte de sua história, à família Matarazzo, mais especificamente à figura de um de seus membros: o Conde Francisco Matarazzo Jr (GARCIA; GORDINHO; LIMA, 1982, p. 83).

Desde o início dos anos 1990, o empreendimento agroindustrial canavieiro no município vem passando por grandes modificações na estrutura produtiva: ampliação dos processos de mecanização da lavoura, reformas na unidade fabril, além da adoção de novas formas de gestão e contratação de força de trabalho, assentadas na terceirização de serviços e flexibilização/precarização das relações de trabalho (SILVA, A., 2004.).

Estes processos foram comandados pela reestruturação produtiva do capital e empreenderam significativas mudanças nas relações de trabalho, no que diz respeito à diminuição do número de trabalhadores no corte da cana e às alterações na origem e espessura dos fluxos migratórios sazonais para esta atividade, promovendo novas marcas na organização territorial sucroalcooleira (com a intensificação da mecanização de várias etapas do processo produtivo, terceirização de vários setores da atividade canavieira, aumento da concentração fundiária por parte de várias usinas que atuam no município) e afetando as relações entre trabalho e capital, cidade e campo, trabalhadores sazonais locais e "os de fora", "bóias-frias" e não "bóias frias".

Com o processo de esfacelamento do grupo familiar e arrendamento da usina, grande parte das terras próprias da usina na Fazenda Amália foi adquirida pelo grupo arrendatário das moendas (parte industrial) e das terras da antiga Usina Amália, englobando 4.176 hectares, ou seja, 48,3% dos 8.643,3 hectares de terra que faziam parte da fazenda, que assim ficou em setembro de 1991.

A prioridade na compra das terras foi dada ao Grupo Cury, arrendatário das terras da usina naquela ocasião. Uma outra parte das mesmas foi transferida à COOPERSUCAR (2.735,51 ha), ou seja, 31,6% das terras restantes da antiga fazenda, em troca de dívidas. A Vitercana Agro-Mercantil S/A (fornecedora de cana, ligada aos Matarazzo) ficou com 1.655,20 ha, ou seja, 19,1% das terras. O Grupo Matarazzo ficou com apenas 66,59 ha da Fazenda Amália em Santa Rosa de Viterbo, ou seja, 0,77 % das terras de Amália, agora restritas à sede da Fazenda e à área que circunda o palacete da família, revelando a perda relativa do grupo familiar na atividade sucroalcooleira, embora continuasse a ser o proprietário da usina. Os outros 10 ha foram adquiridos pela Empresa Bayer, na compra da Fermenta, em 1990, tendo como planos o projeto de expansão da empresa (hoje pertencente à transnacional inglesa Tate & Lyle)<sup>2</sup>.

Posteriormente, o Grupo Cury perdeu judicialmente o contrato de arrendamento com a família Matarazzo, em virtude do atraso no pagamento aos fornecedores de cana - e destes para com seus trabalhadores rurais - e aos empregados da lavoura da usina. O anúncio oficial do arrendamento da Usina Amália pelo Grupo Biagi se deu em 09/04/1998, por Maurílio Biagi Filho, para um período de 17 anos (até 2015)<sup>3</sup>.

Estes acontecimentos confirmam uma nova configuração fundiária e da produção canavieira, em nossa área de estudo, comandada pelo processo de reestruturação produtiva por parte do capital. Os trabalhadores cortadores de cana, nos interstícios deste processo, construíram interpretações diante destas novas territorialidades que afetam seu espaço reprodutivo na cidade e seu espaço de produção no campo.

Entretanto, nosso objetivo nessa pesquisa busca o entendimento das múltiplas relações encontradas entre o processo de modernização da agroindústria canavieira, no contexto da reestruturação produtiva, da (re)organização fundiária no território sucroalcooleiro e da dinâmica das relações de trabalho no interior da lavoura, envolvendo principalmente os trabalhadores do corte de cana do nordeste paulista, desde o início da década de 1990. Busca-se a partir do entendimento das relações entre a reestruturação produtiva e a territorialização do capital sucroalcooleiro, o desvendamento da (re)organização do mercado de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar - tendo como foco de análise os cortadores de cana - e em que medida este processo afetou a configuração fundiária de um tradicional centro produtor da gramínea e de seus derivados no nordeste paulista. Esta região, considerada uma das mais ricas do país, vem capitaneando os processos de modernização das usinas de açúcar e álcool, mediante a mecanização do corte de cana, atividade que empregava um grande número de trabalhadores (SILVA,2001).

Tal preocupação é, portanto, apoiada na tendência de redução dos empregos de assalariados sazonais por novas formas de gestão do trabalho e produção da matéria prima consumida no processo industrial, bem como nas modificações que esta reestruturação agroindustrial provocou nas múltiplas relações estabelecidas entre cidade e campo.

Do trabalho de THOMAZ Jr. (1988) nos é válido incorporar a discussão do conceito de territorialização do capital, sob a forma de territorialização do monopólio e suas particularidades na atividade canavieira: a união por parte do capital, entre capitalista e proprietário rural (estabelecendo um vínculo entre indústria processadora - usina - e a produção de matéria-prima - propriedade da terra), garantindo a produção da maior parte da cana consumida no processo produtivo e a apropriação da renda fundiária pelo capital. Esse diálogo com o autor permite entender a relação capital-trabalho na agroindústria canavieira, num contexto marcado pelo processo de intensa reorganização territorial do setor sucroalcooleiro, alavancado, sobretudo pelo PROÁLCOOL e de aumento da produtividade do trabalho no campo, sustentada pela modificação do sistema produtivo no corte da cana, bem como incorporação crescente de trabalhadores rurais de outras regiões do país e inovações de ordem técnico-científica, principalmente após as greves de canavieiros disseminadas pelo país.

De acordo com isso, a Usina Amália era responsável pela produção da maior parte da cana moída no processo industrial, cultivada, em sua maior parte, em terras contínuas, dispondo dos solos de melhor qualidade e de infra-estrutura para o desenvolvimento agroindustrial, assegurando não só a apropriação do território canavieiro de forma monopolística, mas também da maior parte das do município.

Boa parte desta pujança da agroindústria canavieira se deve à grande disponibilidade de força de trabalho com baixos rendimentos, o que favorecia o processo de reprodução ampliada desse capital,

assim como a consolidação deste processo de territorialização do monopólio das agroindústrias canavieiras.

Desta forma, a análise do processo de territorialização do monopólio praticada pelas agroindústrias canavieiras, sobretudo durante a década de 1980, possibilita entendermos o movimento e as estratégias de reprodução ampliada por parte deste capital nesse período, bem como a sua transição para um momento posterior assentado na reestruturação produtiva e aceleração do processo de modernização no campo, numa lógica diferenciada, porém derivada da mesma dinâmica:

“Com a materialização do processo específico de internalização do” progresso técnico”, processa-se outro salto qualitativo em direção ao (novo) eixo da acumulação do capital. Apesar de não inviabilizar o anterior, ao contrário, o redimensiona, com o propósito de superar a relação centrada na transferência da mais-valia, na forma de renda da terra (com a territorialização do monopólio), sinalizando, agora, para a hegemonia na apropriação da mais-valia relativa e para a subsunção real do trabalho no capital”.(THOMAZ Jr. 2002, p.200).

Este processo, designado de uma forma abrangente por ANTUNES (2004, p. 23) como reestruturação produtiva do capital e que atingiu a quase totalidade dos ramos produtivos, acarretou alterações significativas na estrutura de empregos da agricultura canavieira. Esses impactos na estrutura produtiva podem revelar sua complexidade quando procuramos transcender a análise capital- trabalho, ancorada unicamente no conceito de classe social e adicionar outras dimensões que afetam a vida dos sujeitos sociais, enquanto trabalhadores e vivenciadores desta realidade.

Deste modo, SILVA (2001), referindo-se a um trabalho anterior (SILVA, 1998), sugere acrescentarmos, para o entendimento desta problemática, as categorias gênero, raça-etnia e origem regional, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores que atuam no corte da cana na região de Ribeirão Preto, pormenorizando as repercussões do processo de reestruturação produtiva, sobretudo para os trabalhadores migrantes.

O recorte de gênero também se faz presente na fala de uma ex trabalhadora rural, abandonada pelo marido ainda com os filhos pequenos, convertida em chefe de família e numa das melhores cortadoras de cana de Amália:

“Cuidei dos meus cinco filhos, só, graças a Deus, sem a ajuda do pai deles, sem nada, graças a Deus, cortei muita cana. (...) Todo mundo vinha me procurar para ir cortar cana com eles, com os empreiteiros. (...) Eles vinham buscar na porta da casa, atrás. A safra vai começar, você vai cortar cana comigo, é assim. Se eu não gostava de trabalhar com um turmeiro, eu já pegava um outro caminhão, ia trabalhar para outro, era assim, agora não”.

(ex-trabalhadora rural, 54, negra, Santa Rosa de Viterbo, 29/07/2005)

Este depoimento revela a importância da categoria gênero, etnia e idade para a elucidação dos conflitos, conflitos estes que não se restringem somente à contradição capital-trabalho, mas que é também intra-trabalho, intra-gênero, inter-étnico etc, sinalizando as múltiplas determinações das relações estabelecidas na região de estudo, muitas delas traçadas fora de sua abrangência geográfica, como no caso dos cortadores de cana migrantes. Manifesta também a condição de “boa

cortadora de cana” para o aumento do rendimento familiar, de sua origem étnica - negra - predominante em muitos relatos coletados por pesquisadores (MENEZES, 2002 ; SILVA, 2004) e faixa etária, apontando o descarte dos canaviais de boa parte dos trabalhadores que ultrapassam a média de idade, girando, hoje em dia, em torno de até 30 anos (SILVA, 2004).

Nesse sentido, consideramos fundamental a contribuição de SILVA para nosso trabalho, ao adensar a leitura desses sujeitos sociais em suas múltiplas dimensões, que extrapolam o mundo do trabalho, do espaço reprodutivo nas periferias urbanas, de sua submissão ao capital, enfim, de sua redução à força de trabalho, de sua condição de “bóias-frias”.

Do mesmo modo, suas investigações nos permitem, também, lançar um novo olhar sobre o urbano e sobre a relação cidade - campo, num contexto da modernização no campo: cidade esta que não se restringe a *locus* de reprodução da força de trabalho no campo ou de espaço de controle do capital, mas também em espaço do contrapoder, da busca de elementos para revivificar o tempo passado, materializando práticas, concepções e um modo de vida, que mesmo desterritorializados, e em constante conflito com o presente, fortalece a identidade destes sujeitos sociais - muitas vezes relegados a uma condição de meros espectadores - e nutrem as múltiplas possibilidades de reproduzir a vida, mesmo de uma forma precária, transitória, miserável.

A cidade como materialização das condições gerais de produção e consumo no campo, conduzindo também o processo de modernização das atividades agrárias (LENCIONI, 1985) é também o espaço de luta dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira. Nesse caso:

“(…) o processo de luta vai nascendo no seio do processo de exploração, e os movimentos grevistas ocorrem na cidade, muitas vezes longe dos locais de produção e trabalho. É o movimento grevista de trabalhadores rurais/urbanos nas cidades”.(OLIVEIRA, 1997, p.78)

Estas reflexões possibilitam uma interpretação das relações cidade - campo de uma forma multidimensional, mesmo tendo como carro-chefe o processo de modernização da agricultura, que especialmente após a década de 1970 vêm promovendo alterações fantásticas nessas relações e um novo arranjo territorial no campo e na cidade.

Do ponto de vista demográfico, a população residente na cidade aumentou de pouco mais de 10 mil habitantes, em 1960, para 21.435<sup>4</sup> habitantes em 2000. Contudo, foi durante a década de 1980 que este processo se consolidou de forma definitiva, motivada em grande parte pelo ritmo de crescimento da agroindústria canavieira e perda significativa de população rural, decorrente do esfacelamento das colônias de trabalhadores da Fazenda Amália. Entretanto, de acordo com o último Censo Agropecuário (1995-1996), a terra continuava concentrada, pois dos 118 estabelecimentos rurais, 86 (72,9%) possuíam até 100 hectares, enquanto apenas um estabelecimento detinha uma área superior a dois mil hectares, abarcando grande parte da área total dos estabelecimentos<sup>5</sup>.

Deste modo, nos últimos vinte anos, constatamos uma intensificação das relações entre agricultura e urbanização no município de Santa Rosa de Viterbo, tornando cada vez mais complexas as inter-relações entre cidade e campo - aqui representada principalmente pela agroindústria sucroalcooleira - promovendo um novo ordenamento espacial nestas duas esferas: modificando a cidade de acordo com a lógica da modernização do campo, e tornando-o grande consumidor dos produtos oferecidos

pelo núcleo urbano. Mas estas relações não cessam unicamente na esfera produtiva: este movimento impõe relações desiguais, a criação/ recriação de territórios desiguais, marcado por lutas e contradições que se processam no interior da sociedade: da ordem e do contrapoder, da submissão e da revolta. Portanto, o território é dinâmico, flexível, aberto, em permanente construção/reconstrução pelos sujeitos sociais. Contudo, as múltiplas dimensões da produção do território do município de Santa Rosa de Viterbo, a partir do processo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e em que medida isso se fez presente na relação agricultura-urbanização e capital-trabalho em toda sua complexidade, significou manter intocada a apropriação privada da terra e a “modernização conservadora” perpetuada de forma avassaladora, sob uma “nova” roupagem, legitimando a desigualdade social: marca histórica da consolidação deste processo neste país.

### Notas

<sup>1</sup> Cf. “O Santa Rosa”, 18/09/1993, p. 3.

<sup>2</sup> Cf. “O Santa Rosa”, 18/09/1993, P. 3.

<sup>3</sup> Cf. “O Jornalão”, 11/04/1998, Ano IV, no 143, P. 1.

<sup>4</sup> Fonte: Censo Demográfico - IBGE (vários anos)

<sup>5</sup> Fonte: Censo Agropecuário de 1995 – 1996

### Referências Bibliográficas.

ANTUNES, Ricardo. Anotações Sobre o Capitalismo Recente e a Reestruturação Produtiva no Brasil. IN: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs). *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 408 p. P.13 -27.

GARCIA, M. F; GORDINHO, M. C.; LIMA, J. C. *Matarazzo 100 anos*. São Paulo: 1982.

LENCIONI, Sandra. *Agricultura e Urbanização: Jardinópolis, um estudo de um lugar*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

MENEZES, Marilda Aparecida de. *Redes e Enredos nas Trilhas dos Migrantes: Um Estudo de Famílias de Camponeses Migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia das lutas no campo*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SILVA, André Eduardo Ribeiro da. *A Territorialização da Agroindústria Canavieira: a antiga Usina Amália em Santa Rosa de Viterbo /SP*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999 .

\_\_\_\_\_. Reestruturação Produtiva e os Impactos sobre os Migrantes. IN: GIARRACA, N. (Org.) *¿Una Nueva Ruralidade em América Latina?* V. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2001 (a). P.135-55.

\_\_\_\_\_. Se eu Pudesse Eu Quebraria Todas as Máquinas. IN: ANTUNES, R. & SILVA, M. A M. (Orgs.) *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. P.29 -77.

THOMAZ JR, Antonio. *A Territorialização do Monopólio: o caso das agroindústrias em Jaboticabal*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *Por Trás dos Canaviais: os nós da cana – a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. 1ª. ed São Paulo: Anablume Fapesp, 2002.